



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2006/2007

Aos onze dias do mês de agosto do ano dois mil e seis, na sala de reuniões no Fórum da Barra Funda, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado. Instalada a sessão, deu-se início aos trabalhos às 9 horas e 20 minutos. Instalada a sessão, a Defensora Geral saudou os presentes; em seguida, passou-se às comunicações da Presidência. Relatou que esteve em Brasília com a Defensora Pública Renata Tibiryçá e que a viagem foi muito proveitosa. Esteve com a Patrícia, para quem a estrutura ideal é de dois defensores. O Ministro Eros Grau sabia o que era a PAJ e se mostrou ciente da nossa opção; entregamos os materiais a ele, que pediu para que telefonemos de novo quando a ADI entrar em pauta. Visitou a Defensoria Pública do DF e conversou com o André, da Defensoria Pública do Rio de Janeiro. Comparecemos à posse da Ministra Maria Thereza. Hoje às 18 horas haverá um ato de lançamento na Faculdade de Direito da USP. Teve ainda uma reunião na Corregedoria de Justiça. Em seguida, passou-se às comunicações da Secretaria do Conselho. A Defensora Renata relatou o reconhecimento que a Defensoria Pública tem recebido na mídia e a matéria que saiu hoje no Estado de São Paulo comentando a atuação da recém-criada instituição. O Conselheiro Carlos Weis sugeriu um voto de elogio à Defensora Pública Renata Tibiryçá pela sua atuação com a imprensa. O Conselheiro Willian declarou que a imprensa constitui mais um recurso e a instituição foi muito feliz em escolher uma pessoa que seja adequada para representar a instituição como é o Pedro Giberti e parabenizou a Renata pelo trabalho desenvolvido. Ressaltou a necessidade de desenvolver uma forma eficaz de comunicação com a sociedade civil. Quanto às demandas recebidas pela Ouvidoria através do site, informou que tem recebido muitas referentes a dúvidas de candidatos ao Concurso de ingresso na Carreira de Defensor e, que será necessário criar um link próprio que trate do concurso. Declarou que as repostas da Ouvidoria podem ser consideradas oficiais e embasar eventual recurso de anulação do concurso. O Conselheiro Victor Hugo deu boas vindas ao Carlos Weis, informou que será necessário colocar os relatórios em dia e parabenizou o trabalho realizado pela Renata. O Conselheiro Wagner parabenizou o trabalho da Renata e também a posse do Carlos Weis. O Conselheiro Carlos Weis formalizou a proposta de elogio a Renata e disse que o dia 11 de agosto de 2006 é uma data inesquecível. Manifestou o grande prazer que é trabalhar com o Willian e declarou que continuará trabalhando junto, pois a Corregedoria tem um viés de supervisão. Tem um sentido mais amplo, verificar como está funcionando e trabalhar junto. Quanto ao relatório, disse que é um exemplo do que não queremos e que precisamos fazer uma coleta de dados. O Conselheiro Carlos Loureiro manifestou sua satisfação em que todos tenham percebido o trabalho desenvolvido pela Renata, que desconhece a palavra *impossível*, parabenizou o Carlos Weis, que lutou muito pela criação pela Defensoria e é uma pessoa que sabe dialogar. O Conselheiro Roque parabenizou o Carlos Weis e disse não há pessoa mais talhada para o cargo, por ser uma pessoa sábia e dedicada e dono de uma visão diferenciada. Também parabenizou a Renata pelo trabalho



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

desenvolvido. A Conselheira Daniela, parabenizou o Carlos Weis, que considera ser a pessoa mais talhada para a função e parabenizou a Renata pelo trabalho desenvolvido, pela iniciativa de ter colocado no site as deliberações do Conselho. Sobre Brasília, considerou necessário verificar se alguém tem interesse de ir para lá e sugeriu a abertura de inscrições para poder designar alguém lá. Informou que estará de férias a partir de 16 de setembro e propôs que se tente resolver isso antes. O Conselheiro Vitore fez um aparte comentando sobre a resolução, dizendo que a PGE poderá se responsabilizar. O Defensor Antonio informou que essa questão está sendo discutida na Primeira Subdefensoria, que pensou na possibilidade de rodízio. A Defensora Renata relatou que a Patrícia disse que o ideal é ter uma pessoa no mínimo um mês junto com ela. A Defensora Geral declarou ser importante designarmos alguém. A Conselheira Daniela informou que foi fechado o patrocínio com a Petrobrás, o que representa uma vitória para nós. O Defensor Antonio informou que a Carlos Chagas está adiantando um valor para a elaboração do concurso. A Conselheira Franciane parabenizou o Conselheiro Carlos Weis e levantou a necessidade de pensar a respeito da reposição na VEC, já que ele é o segundo que sai de lá, e isso é complicado. Manifestou o interesse em viajar pelas defensorias de outros estados se o Willian for fazê-lo, pois acha importante. O Conselheiro Pedro parabenizou o Carlos, que considera dotado de postura pessoal para exercer esse cargo. Manifestou a necessidade de conhecimento dos dados estatísticos e treinamento. Para ele, a grande fiscalização é a que nós exercemos individualmente sobre os colegas que estão próximos. É contra a política do remendo; para ele, é preciso verificar os cargos que têm de compor e oferecer as vagas às pessoas. Há um núcleo de segunda instância composto por cinco pessoas, que hoje deve se voltar aos tribunais superiores, na forma como a coordenadora definir. A responsabilidade para resolver o problema é do núcleo. Informa que terá reunião com os coordenadores na segunda e terça e que foi feita uma agenda, que naturalmente, pode ser alterada, para que os coordenadores conversem com os membros do Gabinete. Quanto às diárias, que as pessoas poderão requerer, serão pagas nos moldes da PGE, já que, se requerermos com base na nossa legislação, não serão pagas. A justificativa que foi dada para isso é que o orçamento é da PGE. Questionou qual será nosso posicionamento em relação à PGE, pois considera haver uma inversão de valores, pois eles são os nossos prestadores de serviços. Os mesmos problemas na capital ocorrem no interior e já estão sendo enfrentados. Parabenizou o trabalho da Renata e também o trabalho do Renato do Antonio, graças ao qual esses textos estão sendo desenvolvidos. Sem isso a Cristina não teria o que apresentar ao Governador. O Conselheiro Vitore iniciou sua fala cumprimentando o Carlos. Para ele, é importante este novo modelo de corregedoria, que está ao lado dos colegas, e o Carlos reúne todas as condições para implementá-lo. Considera importante definir o limite da sua banca para garantir a efetiva inamovibilidade. Para ele, deve-se inaugurar um novo modelo de estágio probatório. Esteve em SBC visitando as instalações, onde ficará o Luciano, que pediu para transmitir os cumprimentos ao Carlos. Há um convênio local. Esteve ontem em reunião com Sérgio Locatelli e com representantes do movimento social ligados à moradia. Informou que será realizado, em um sábado, uma jornada pela moradia digna, em que



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

sejam apresentados palestras e se ofereça orientação jurídica e técnica, com a presença da CEF, Cehab, Cohab. Ressaltou a importância da divulgação desse evento, que está previsto para 25 de novembro. Para tanto, contará com colegas da área e com o Ouvidor. Pensou-se em realizar o evento na Câmara dos Vereadores. O Sérgio Locatelli vem abrindo uma frente junto aos movimentos sociais com o tema das moradias, sobre o qual é especialista, por ter escrito um livro sobre cortiços. À parte disso, seria interessante organizar uma agenda de visitas entre os defensores de todo o Brasil, para troca de experiências. Com relação às reposições dos postos de trabalho, a própria PGE vai perder procuradores, principalmente por conta do concurso da magistratura. No entanto, ainda é possível negociar com a PGE, na medida do possível, distribuir itinerantes para substituição. O Conselheiro Noadir saudou o Corregedor Carlos, ressaltando sua postura republicana. Cumprimentou também o trabalho da Secretária Renata. Frisou a importância de designar, urgentemente, um defensor para assumir o posto em Brasília, para cuidar dos processos da Defensoria nos Tribunais Superiores. Tem grande expectativa com relação ao encontro do dia 11/08/06, sobre o mutirão de execução penal. A proposta de elogio para a Secretária Renata e para o Assessor Antônio foi colocada em votação e aprovada, por maioria. Pediu a palavra o Rafael, para fazer as comunicações sobre o Congresso de Defensores, especialmente sobre as novas e boas perspectivas abertas com o patrocínio da Petrobrás. Em seguida passou-se à ordem do dia, estando em pauta o CSDP n.º 12/2006, proposto pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, sobre Regimento Interno da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, relatado pelo Conselheiro Carlos Henrique Acirón Loureiro, cuja discussão foi interrompida pelo pedido de vista do Conselheiro Carlos Weis. CSDP n.º 14/2006, proposto pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, sobre definição de critérios para escolha dos coordenadores dos núcleos especializados, tendo por relatora a Conselheira Franciane de Fátima Marques, que resultou na aprovação, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, a indicação dos seguintes Defensores Públicos para a função de coordenador dos núcleos especializados: a) Infância e Juventude – Flávio Américo Frassetto; b) Situação Carcerária – Carmen Silvia de Moraes Barros; c) Cidadania e Direitos Humanos – Vânia Pereira Agnelli Sabin Casal; d) Segunda Instância e Tribunais Superiores – Daniela Sollberger Cembranelli. Declarou-se impedida a Conselheira Daniela Sollberger Cembranelli. CSDP n.º 15/2006, proposto pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, com o objetivo de regulamentar a gratificação pelo exercício de atividades em condições de especial dificuldade decorrente da localização ou da natureza, tendo por relator o Conselheiro Vitore André Zílio Maximiano, que resultou na aprovação, por unanimidade, nos termos do voto do relator, da Deliberação CSDP n.º 18, de 11 de agosto de 2006, que regulamenta a gratificação pelo exercício de atividades em condições de especial dificuldade decorrente da localização ou da natureza. Vencidos, em parte, os Conselheiros Noadir Marques da Silva Júnior e Roque Jerônimo Andrade. CSDP n.º 19/2006, proposto pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, sobre Anteprojeto de Lei Complementar de criação do Quadro de Apoio da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, relatado pelo Conselheiro



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

Wagner Giron de La Torre, que resultou na aprovação, por unanimidade, nos termos do voto do relator, a proposta de Anteprojeto de Lei Complementar de criação do Quadro de Apoio da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Não havendo mais processos a serem relatados na ordem do dia, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Renata Flores Tibyriçá, Defensora Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo, 11 de agosto de 2006.